

Crise do capital e os impactos no Serviço Social: a realidade dos/as Assistentes Sociais em Parintins-Amazonas

Capital crisis and impacts on Social Work: the reality of Social Workers in Parintins-Amazonas

Patrício Azevedo Ribeiro*

Resumo: O artigo analisa alguns impactos da crise capitalista em curso na profissão de Serviço Social situando-a na divisão social e técnica do trabalho. Particulariza o debate na realidade dos/as Assistentes Sociais que atuam no município de Parintins, estado do Amazonas. O conteúdo pauta-se em revisão bibliográfica e em pesquisa documental a qual foi realizada em oito Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC de Serviço Social dos últimos cinco anos, apresentados à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, *campus* Parintins. A análise desvela o mercado de trabalho, os espaços sócio-ocupacionais, as condições e demandas institucionais (im)postas aos/às Assistentes Sociais, as limitações e desafios que os/as profissionais encontram na realização de suas ações, além das tendências no sentido de posicionamento contrário ao sistema vigente, o que requer organização e movimentação coletiva da classe trabalhadora em tempos sombrios e de crise do capital.

Palavras-chave: Crise do capital; Serviço social; Condições de trabalho; Parintins.

Abstract: The article analyzes some impacts of the ongoing capitalist crisis in the Social Work profession, placing it in the social and technical division of labor. Particularizes the debate in the reality of the Social Workers who work in the municipality of Parintins, state of Amazonas. The content is based on bibliographic review and documentary research which was conducted in eight Course Completion Papers - TCC of Social Work, from the last five years, presented to the Federal University of Amazonas - UFAM, Parintins campus. The analysis reveals the labor market, the socio-occupational spaces, the

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Bolsista do Programa PROPG/CAPES/FAPEAM - Edital 006/2018. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM). Professor do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus Parintins. E-mail: patricioribeiro@ufam.edu.br



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

conditions and institutional demands (im) posed to the Social Assistants, the limitations and challenges that professionals face in the accomplishment of their actions, in addition to the tendencies towards positioning contrary to the current system, which requires the organization and collective movement of the working class in dark and capital crisis times.

Keywords: Capital Crisis; Social Work; Work Conditions; Parintins.

Recebido em: 16/08/2019. Aceito em 27/04/2020

Considerações Iniciais

Este artigo insere-se na discussão sobre a crise capitalista no cenário contemporâneo e em seus impactos¹ na profissão de Serviço Social. Para tanto, particulariza-se o debate ao contexto do município de Parintins, estado do Amazonas, onde o mercado de trabalho dos/as Assistentes Sociais ampliou-se nos últimos anos, sobretudo a partir de 2010 e 2011, com a conclusão das primeiras turmas de Serviço Social oriundas de universidades públicas e privadas que foram implantadas no município entre 2006 a 2007². Vale dizer que, o curso de Serviço Social vem se mantendo entre os três primeiros mais concorridos nos processos de seleção de entrada nas universidades.

Embora a criação do curso de Serviço Social em Parintins tenha implicado na ampliação dos espaços sócio-ocupacionais, estudos recentes³ sobre a realidade dos/as Assistentes Sociais desvelam um quadro de questões que acirram o debate local-regional-nacional, a saber: a relação entre as condições de trabalho e os atendimentos realizados aos usuários, a importância basilar do Projeto Ético Político e a instrumentalidade nos processos de intervenção, o conservadorismo que tensiona a luta e a defesa por um projeto societário conforme o Código de Ética e a Lei de Regulamentação do Serviço Social, e a polêmica discussão quanto à relação teoria-prática no cotidiano de trabalho.

Essa realidade do Serviço Social, sem dúvida, está imbricada no bojo das crises cíclicas do capital que, historicamente, são modos naturais de existência do próprio capital, isto é, “são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZAROS, 2011b, p. 795). Nesse sentido, não é interesse do capitalismo a superação total das crises, já que elas dão vida a sua manutenção

¹ Nesse artigo, entende-se por impactos, os efeitos causados pela crise do capital no cotidiano de trabalho dos/as Assistentes Sociais, ou seja, o choque ou as implicações que a crise produz sobre a classe trabalhadora e que se mantêm mesmo num intervalo de uma crise para outra.

² Em 2006, foi implantado em Parintins, a Universidade do Tocantins - UNITINS que, posteriormente, passou a ser denominada de UNOPAR. Em 2007, a UFAM implantou um Campus na mesma cidade denominado de Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ). Ambos passaram a ofertar o curso de Serviço Social, sendo na UNOPAR a modalidade EaD e no ICSEZ o ensino presencial.

³ Diz respeito aos oito TCCs do curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM que foram selecionados para pesquisa documental. Os dados são analisados no último tópico do presente texto.

enquanto sistema de formação social. Em outras palavras, o capitalismo produz e administra suas próprias crises no percurso da história.

As sucessivas crises do capital, com destaque para a década de 1970 até a contemporaneidade, têm provocado profundas alterações no mundo do trabalho em função da passagem do regime de produção de base taylorista-fordista para a acumulação flexível (toyotismo), cujo processo rebete nas formas de organização e gestão do trabalho, bem como nas redefinições do papel do Estado e das políticas públicas. Ademais, já é consenso na literatura que as mutações no mundo do trabalho engendram impactos nos diversos campos profissionais, inclusive no Serviço Social, pois se trata de uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008) atuando nas expressões da questão social as quais se intensificam com o capital mundializado.

Inserido na rota da globalização ou mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), Parintins tem o seu mercado de trabalho tensionado pelos movimentos das crises do capital, e os/as Assistentes Sociais enquanto trabalhadores/as assalariados/as não estão imunes a esse contexto. Desse modo é oportuno problematizar essa realidade e com isso evidenciar as condições de intervenção profissional que esbarram nas limitações, nos desafios e nas tendências da profissão. Nessa direção, questiona-se: quais os impactos da crise capitalista em curso na profissão de Serviço Social em Parintins/AM? Seguindo a perspectiva de Netto (1996b), a análise do problema consiste em desvelar e compreender como, na particularidade prático-social da profissão, rebatete as transformações societárias capitalistas, ou de outra forma, determinar as mediações que conectam o Serviço Social as essas transformações.

O presente artigo tem por objetivo analisar alguns impactos da crise capitalista em curso na profissão de Serviço Social no município de Parintins, estado do Amazonas, e as implicações para o cotidiano do trabalho profissional. Resulta de revisão bibliográfica e pesquisa documental a qual foi realizada em oito Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs)⁴ de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, *Campus Parintins*. Os TCCs, disponíveis na Biblioteca do ICSEZ e no arquivo da Coordenação do Curso, são monográficos e compreendem o intervalo temporal 2013 a 2018, com temas referentes à formação e prática profissional, estágio supervisionado, mercado de trabalho, condições de atuação, produção de conhecimento e Projeto Ético Político. Para o exame documental desses trabalhos, foi feita uma leitura rigorosa, seguindo um roteiro de questões a fim de identificar elementos voltados para o tema em tela. Por fim, os dados colhidos nos TCCs foram analisados à luz do referencial teórico, seguindo a orientação da Técnica de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1977).

O texto está sequenciado em três partes, além dessa introdução. A primeira discute a crise do capital e suas implicações sociais para a classe trabalhadora numa perspectiva macro. A segunda apresenta o município de Parintins e o mercado de trabalho dos/as Assistentes Sociais. Por fim, faz-se uma análise da realidade dos/as Assistentes Sociais em Parintins destacando os rebatimentos da crise capitalista contemporânea nas condições de atuação profissional; seguida das considerações finais.

⁴ Vale explicar que, para o exame documental, a escolha pelos TCCs ocorreu em função de que todos esses trabalhos construíram análises e reflexões específicas sobre temas ligados à realidade do Serviço Social no município de Parintins-AM, com base em dados empíricos. Tais temas faziam alguma conexão com o debate da crise do capital. Assim, os dados foram fundamentais para iluminar e responder parte do objetivo proposto no presente artigo. Ademais, até início de 2019, não havia pesquisas com discussões macros que delineassem como a crise capitalista em curso tem impactado no cotidiano da profissão em Parintins. Mas, vale indicar a dissertação de Guimarães (2019), defendida recentemente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), a qual aprofunda outros pontos na direção do tema em questão.

A crise do capital e suas implicações à classe trabalhadora

Vivemos numa era de incertezas e retrocesso dos direitos sociais. Se essa afirmativa é consenso na teoria social crítica, então, mais do que nunca, cabe a tese de Mészáros (2011a; 2011b) acerca da crise “estrutural” do capital que abala a contemporaneidade, sobretudo, os países de capitalismo periférico e neles as diferentes profissões da classe trabalhadora. Para o autor as raízes da crise encontram-se no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e suas manifestações equivalem ao aumento do desemprego, à destruição ambiental e às guerras entre os países que são cada vez mais brutais.

No entanto, para um debate da crise capitalista em curso torna-se necessário registrar dois períodos cruciais de evolução do capitalismo. O primeiro de 1930 a 1960, remonta ao chamado “anos de ouro” ou “30 anos gloriosos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007), em que houve forte expansão do capital com altas taxas de lucros e produtividade para as empresas; o segundo com início nos meados da década de 1970⁵, quando se registram os primeiros sinais de estagnação do modo de produção fordista-keynesiano (HARVEY, 1998) que sustentara o padrão de crescimento e desenvolvimento dos países centrais no segundo pós-guerra.

A crise dos meados de 70 do século XX trouxe amplas consequências para a economia mundial. Com intuito de responder ao quadro de turbulências que se instaurara, o capital monopolista (NETTO, 1996a) engendrou uma série de reajustes de âmbito econômico, processo que demandou a substituição do sistema fordista-keynesiano pela produção flexível (toyotismo). Ao mesmo tempo, presenciou-se a ascendência do projeto neoliberal o qual se contrapôs ao Estado de Bem-Estar Social, principalmente nos países europeus em razão da necessidade de reorganização da globalização financeira.

Não obstante, os anos finais da década de 1970 e o limiar de 1980 são vistos como uma nova fase do capitalismo em que se desenvolve, conforme Netto (1996b), transformações societárias com repercussões drásticas na classe trabalhadora com destaque para os trabalhadores do setor informal. Chesnais (1996, p. 239) denomina esse período de mundialização do capital onde as operações da esfera financeira atingem o mais alto grau de mobilidade e “[...] é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais”. Para o autor, “o investimento externo direto [IED] do setor financeiro representou a principal cidadela do IED durante a década de 80”.

No Brasil, as repercussões da acumulação flexível vão se intensificar nos anos 1990 como resultado da inserção do país no mercado internacional globalizado. Esse novo modo de produção enquanto possibilidade de saída da crise configura-se no mundo do trabalho como reestruturação produtiva (ANTUNES, 1995; 1999), assim, o processo de expansão do capital em sua nova fase é capitaneado pela esfera financeira (CHESNAIS, 1996) cujo movimento, no campo ideológico, levou o liberalismo a revestir-se como (neo)liberalismo.

Na concepção de Harvey (1998, p. 140), a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo. Sua caracterização diz respeito ao “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

⁵ Entre esses dois períodos, com ênfase no segundo pós-guerra, Mandel (1985) denomina de “O capitalismo tardio” em alusão à expansão das grandes corporações multinacionais, ao consumo de massa, à globalização e massificação dos fluxos internacionais do capital e à reação da ideologia neoliberal em resposta à crise de 1970.

Antunes (2018, p. 118) enfatiza que as transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho e com a vitória do neoliberalismo nos anos 90, intensificou “o processo de reestruturação produtiva do capital, levando as empresas a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho, novos métodos denominados ‘participativos’ [...]”. Da mesma forma, “a combinação entre neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva acarretou também profundas metamorfoses na classe trabalhadora e em sua morfologia”, exemplo disso são as desregulamentações trabalhistas, o aumento das terceirizações e da informalidade.

Assim, fica notório que a década de 1990 é considerada, no Brasil, um período de extensas turbulências no plano econômico, político e social. Se por um lado os anos 1980 representaram um avanço às conquistas de direitos sociais com a Constituição Federal de 1988, os anos 1990, ao contrário, foi um verdadeiro retrocesso, principalmente à classe trabalhadora, pois a “reforma” do Estado proposta pelos governos neoliberais se colocou como uma “contrarreforma” (BEHRING, 2008) para os trabalhadores na medida em que ocasionou perda de direitos e acúmulo de capital para a grande burguesia nacional.

Analisada numa conjuntura macro, verifica-se que a crise de acumulação do modelo taylorista/fordista/keynesiano e sua possível saída pela via da flexibilização das relações de trabalho já sinalizara, segundo Mészáros (2011a; 2011b), a expressão de uma crise estrutural do capital e sua repercussão, destrutiva e incontrolável, se acentua nessas duas primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, afirma o autor:

Uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2011b, p.797).

Na avaliação do autor, o fim do século XX e o limiar do XXI são permeados por uma crise estrutural do capital que vem se revelando como uma verdadeira crise de dominação em geral. Ela é estrutural porque afeta todas as instâncias da vida, logo, suas características dizem respeito ao seu caráter universal; ao seu alcance global; à sua escala de tempo que é extensa, contínua e permanente em lugar de limitada e cíclica como foram as outras crises; e seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante.

Assim, a crise estrutural que se agudiza na contemporaneidade, com destaque para 2008 em diante, cujos rebatimentos são cruéis entre a classe trabalhadora, reaviva o processo de alienação do homem no cotidiano de trabalho, ao passo que engradece a produção da mais-valia, portanto, acúmulo de capital para a classe burguesa.

Se o capitalismo forja e administra suas próprias crises (BEHRING, 2012; MARX, 2017) o neoliberalismo seria, então, a expressão ideológica atual em que o capital obscurece o universo do trabalho, promovendo o caráter radical da alienação da classe trabalhadora. Marx (2008) já argumentara que o processo de alienação no mundo do trabalho se traduz pelo estranhamento do homem com aquilo que produz, isto é, “a perda de si mesmo” na medida em que se entende o trabalho como constituinte e constitutivo da vida social⁶.

⁶ Nos “Manuscritos econômico-filosóficos”, Marx (2008, p. 81) enfatiza que no processo de estranhamento do trabalho, “quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio”.

No campo da política social, a crise contemporânea tem sido a mais nefasta possível. Vive-se numa era onde os direitos sociais, em larga medida, são desconsiderados pelo Estado, governo e pela burguesia. Exemplo disso são os desmontes na seguridade social desde os anos 1990 e proliferam na atualidade. Por isso, concorda-se com Chesnais (1996) ao afirmar que estamos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital, que tem alterado de maneira específica o funcionamento do capitalismo e impactado negativamente nas condições e relações de trabalho dos trabalhadores assalariados e do setor informal.

Do ponto de vista do impacto nas relações de trabalho, a flexibilização no contexto do neoliberalismo e seu alinhamento com a financeirização da economia, se expressa, segundo Antunes (2018, p. 141), “na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural”. Esse desemprego é entendido como uma das maiores expressões da questão social⁷, visto que sua expansão provoca outras tantas expressões, engendrando um desafio duplo para as profissões que têm na questão social seu objeto de trabalho, inclusive o Serviço Social.

O desafio dual a que se refere está centrado em dois direcionamentos. O primeiro, por se tratar de uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008), o Serviço Social também é embatido pela crise capitalista. Desse modo, os/as Assistentes Sociais são envolvidos/as na dinâmica da flexibilização e mundialização da economia, na precarização das condições de trabalho, na rota do desemprego e da informalidade, na fragmentação da articulação sindical e da luta de classes, na reprodução das políticas sociais fetichizadas e seletivas, na fragilização da formação profissional com o ensino aligeirado e no desmonte de organização de outro projeto societário.

O segundo é corolário do primeiro, pois, ao mesmo tempo em que os/as Assistentes Sociais são assalariados/as, também intervêm na realidade de outros trabalhadores da mesma classe, ou seja, com os usuários das políticas públicas e sociais. Se tais profissionais já têm os seus direitos escamoteados pelo sistema capitalista interferindo na sua condição de vida, como lutar pela defesa intransigente dos direitos com intuito de possibilitar aos usuários das políticas o acesso a bens e serviços sociais? Observa-se de imediato uma ampla contradição entre as propostas de trabalho da profissão fundamentadas no seu Projeto Ético Político com as propostas de uma economia racional alinhada às transformações globalizadas que, direcionadas pelo neoliberalismo e pelo capital financeiro, promovem um ataque aos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.

Ademais, somam-se aos debates aludidos as contradições e precariedades das políticas sociais com as quais os/as Assistentes Sociais trabalham e para as quais recorrem os usuários. Contribuições teóricas de Yamamoto (2009), Behring (2012), Guerra (2016), Boschetti (2016), entre outros, têm desvelado o cenário real e cruel em que se encontra a política social no século XXI e os desafios (in)postos ao Serviço Social. Sinalizam, ainda, o caráter contraditório dessa política, pois sua negação por parte do Estado tende a prejudicar a classe trabalhadora quanto ao acesso aos direitos sociais ao passo que, o Estado, também tem, nelas contribuições para sua hegemonia de acumulação de capital.

⁷ Yamamoto e Carvalho (2008) ao problematizarem a questão social, afirmam ser a manifestação da contradição entre proletariado e burguesia, isto é, fruto da relação capital/trabalho nos marcos do capitalismo. Santos (2012) defende a tese de que o desemprego no Brasil, a partir dos anos 90, afirmou-se como a expressão central da questão social desafiando as políticas públicas e o Serviço Social, já que intervêm na realidade concreta.

Para Behring (2012, p. 177), a política social, como aplicação do fundo público⁸, participa do processo de rotação do capital, por conseguinte, do circuito do valor. De forma mais explícita, argumenta a autora:

Por meio da política social o Estado realiza compras, contrata força de trabalho, pagando seus salários, transfere renda e até contrai dívidas em seu nome, a exemplo de empréstimos internacionais brasileiros que são contraídos para objetivos específicos da política social e que aparecem nas contas das políticas sociais brasileiras.

A citação em tela reafirma a via contraditória da política social e como esta “serve” ao Estado e à burguesia. Pois, ao serem implementadas, as políticas sociais tendem a minimizar as necessidades vulneráveis da classe trabalhadora, mas não dão conta das necessidades totais dessa classe, visto que enquanto mediação, tais políticas também precisam responder aos interesses do Estado neoliberal que, por sua natureza histórica é excludente, desigual e sempre privilegia o setor econômico da aliança burguesia-Estado.

A realidade pela qual passa a política social no Brasil e suas respostas às demandas da classe trabalhadora leva-nos a alguns questionamentos: na atualidade, de que Estado se está falando quando se debate a crise capitalista? Qual sua forma de ser, estar e representar no antagonismo da luta de classes? Apoiadas na direção marxista, Behring e Boschetti (2007) e Boschetti (2016) argumentam que o Estado no capitalismo carrega consigo uma feição “social”, isso não significa atribuí-lo uma natureza anticapitalista, tampouco aquele que socializa a riqueza por meio de políticas sociais. A face “Social do Estado” é, na verdade, um mascaramento impetrado pelo capitalismo no contexto das políticas sociais.

Essa forma de ser, estar e representar do Estado traduz-se numa formação burguesa, neoliberal e pós-moderna que, com a crise estrutural em voga, tem assumido uma posição de classe em favor do capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Fato esse que se fundamenta na acumulação flexível (HARVEY, 1998), na reestruturação produtiva no mundo do trabalho (ANTUNES, 1995; 1999), na mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), na ideologia neoliberal que prima pela privatização estatal (BEHRING; 2008; 2012) e financeirização da economia (SALVADOR, 2010). Em síntese, “as corporações transnacionais, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público, com a ‘desregulação’ sendo apresentada como ‘modernização’” (NETTO, 1996b, p. 100).

Entende-se, assim, que as implicações da crise capitalista junto a classe trabalhadora são reais, contínuas e amplas, isto é, estrutural como observou Mészáros (2011a). Nesse ínterim, as políticas sociais por mais completas que sejam não conseguem dar conta das demandas/necessidades de seus usuários. Vale ressaltar que a crise de 2008 demarca turbulências econômicas no mundo e no Brasil se estendendo até os dias atuais. Agrava-se com isso a questão social nas suas diversas expressões e acirra-se a luta de classes.

O serviço social como profissão inerente à classe trabalhadora é desafiado duplamente, como já argumentado, além dos conflitos e disputas internas por projetos profissionais que

⁸ Salvador (2010) faz uma análise rigorosa sobre o fundo público e a seguridade social brasileira. Para o autor, o fundo público envolve a capacidade geral de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia. Trata-se de uma questão crucial no capitalismo contemporâneo tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais, isso porque, é a forma de Estado se apropriar de maneira compulsória de uma parte da mais-valia por meio de impostos, contribuições sociais e econômicas, taxas, etc.

tensionam o desenvolvimento da profissão e seu compromisso com a classe trabalhadora. Nessa direção, aborda-se, nas linhas seguintes, o contexto do serviço social no município de Parintins quanto ao mercado de trabalho no bojo do capitalismo mundializado.

O município de Parintins-Amazonas e o mercado de trabalho do Serviço Social

Conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), Parintins abarca uma população de 113.168 habitantes, o que o torna o segundo município mais populoso do estado do Amazonas. Sua área territorial faz parte da região do baixo Amazonas juntamente com mais seis municípios.

A cidade está situada à margem direita do rio Amazonas, banhada por águas barrentas formando uma ilha. Distancia-se da capital de Manaus 369 km em linha reta e, 420 km via fluvial. O acesso é somente por via aérea com duração de 50 min. e/ou fluvial com aproximadamente 9 horas de lancha-expresso e 18h de barco. A figura 1 localiza geograficamente o município e a área que compreende a cidade.

Figura 1: Localização do município de Parintins no Estado do Amazonas e Mapa da área urbana



Fonte: Organização do autor a partir de imagens da SEPLAN e do Google Earth.

Referente aos postos de trabalhos formais de 2004 e 2010, os dados do IBGE (2010) evidenciam que, em 2004, a Administração Pública somava 2.078 trabalhadores empregados passando, em 2010, para 4.789. O setor do Comércio possuía 658 e, em dez anos, passou para 1.089 empregos. Somados, esses dois setores representavam 86,8% do total dos empregos no município. Os demais postos com números bem reduzidos dizem respeito aos setores de serviços, construção civil, agropecuária e indústria.

Não obstante, é relevante mencionar o outro lado desse processo, ou seja, o trabalho informal. Uma vez que o município possui aproximadamente 113.168 habitantes, destes 56.599 possuem entre 15 a 59 anos de idade e os dados do IBGE (2010) indicam um total de 10.162 trabalhadores

formais, significa dizer que há um número expressivo de pessoas que não estão tendo acesso ao mercado de trabalho, tanto nos regimes estatutário e celetista, quanto comissionado e não permanente.

Em Parintins a expressividade da informalidade no trabalho acentua-se no período do Festival Folclórico dos bois Caprichoso e Garantido⁹. A festa do boi-bumbá é, hodiernamente, destaque internacional, fazendo de Parintins o principal polo turístico do interior do Amazonas. Conforme Nogueira (2006, p. 93), “o sucesso dos bumbás de Parintins no turismo e na indústria cultural surgiu como uma ‘fórmula mágica’ para promotores culturais locais que reclamavam visibilidade e valor em mercados mais amplos”.

A festa dos bumbás começou ter maior ascendência na década de 1990, quando da simples brincadeira de rua tornou-se rivalidade na arena entre os bois (NOGUEIRA, 2006). Trata-se do mesmo período em que o neoliberalismo acentuou-se no cenário nacional impactando na realidade local, pois as empresas nacionais e multinacionais começaram a patrocinar a festa sob o discurso de que todo produto precisa alcançar o mercado, a exemplo da Coca-Cola que hoje é uma das principais patrocinadoras da festa.

O Festival é visto pelos segmentos populacionais como de suma importância para a economia do município, contudo, boa parte dessa economia é pontual e arrecadada sob o trabalho informal e em precárias condições, a exemplo do vendedor de churrasco, de artesanato, de bebida, de alimentação, o tricicleiro, o/a costureira, além do trabalho infantil. Se analisado a nível macro, cabe a tese de Santos (2012) quando afirma ser o desemprego a expressão central da questão social e que se alargou no Brasil a partir dos anos 1990.

Quanto ao mercado de trabalho do Serviço Social no contexto parintinense, Chagas (2013) argumenta que sua história remonta a 1986, pois é nesse período que se identifica a inserção da primeira Assistente Social vinculada à prefeitura do município através de contrato temporário e, em 1987, Parintins ganha outra Assistente Social que passa a atuar na área da saúde estando vinculada à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM). O primeiro concurso público municipal que disponibilizou uma vaga para o cargo de Assistente Social ocorreu em 2005, cuja remuneração disposta no edital era de R\$ 500,00 reais (CHAGAS, 2013).

A pesquisa documental realizada nos TCCs selecionados para este artigo desvela que em Parintins, até meados de 2018, existiam em torno de 40 instituições, de natureza pública e privada, em que atuavam 66 profissionais. A distribuição desse quantitativo enquadra-se nas seguintes macroáreas: Assistência Social, Saúde, Saúde Indígena, Educação, Sociojurídico, Previdência Social, Entidades Filantrópicas e ONGs. O maior número de profissionais está no campo da Assistência Social, uma média de 20, espalhados pelos CRAS, CREAS, SEMASTH, Plantão Social, Abrigo e Centro de Convivência.

Sobre os vínculos com as instituições, dos 66 apenas 11 são concursados, os demais possuem cargos comissionados ou contratos temporários, selecionados por meio de processos seletivos ou indicados por gestores quando se trata de vínculo municipal (CHAGAS, 2013; SILVA, 2014; VIANA, 2016). Sem dúvida, esse dado é bastante preocupante e pode influenciar na relação instituição-profissional-usuário, conforme será explorado mais adiante.

O quantitativo de Assistentes Sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais ampliou-se a partir de 2010 e 2011 com a conclusão das primeiras turmas de Serviço Social oriundas de

⁹ O Festival acontece anualmente no último final de semana do mês de junho. Tornou-se um evento mundializado em razão de empresas nacionais e multinacionais que passaram a patrocinar a festa.

universidade pública e privada que foram implantadas no município entre 2006 a 2007. De 2010 a 2011, formaram-se aproximadamente 100 bacharéis em Serviço Social na modalidade EaD e presencial. A UNITINS, hoje UNOPAR, foi a primeira Universidade a ofertar o curso na modalidade EaD, posteriormente a UFAM implantou um *campus* em Parintins denominado de Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) com a presença de sete cursos, sendo um deles o Serviço Social, todos presenciais.

Se observado o número de Assistentes Sociais que atuavam em 2018 no mercado de trabalho, é um dado expressivo para a realidade local. Significa dizer que o Serviço Social tem ampliado seus espaços e reafirmado sua posição de essencialmente necessária na divisão social e técnica do trabalho. Contudo, contraditoriamente, a expansão da profissão num município de grande porte não é acompanhada dos elementos que sustentam um desenvolvimento qualitativo da profissão, a saber: condições favoráveis de trabalho, formação continuada, salários dignos, acesso aos direitos sociais, estabilidade empregatícia entre outros, segundo consta nos TCCs analisados.

Nesse sentido, Guerra (2010, p. 716-717) assevera que:

Nos últimos vinte anos, como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase totalmente destituídas de direitos. Vivenciam e enfrentam, ao mesmo tempo, as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho e efetivam respostas no campo dos direitos, captando e enfrentando as expressões da chamada ‘questão social’, que se convertem, através de múltiplas mediações, numa diversidade de demandas para a profissão.

A afirmativa da autora é elucidativa quanto ao atual contexto do Serviço Social em tempos de crise do capital. Pois, por ser uma profissão assalariada, sofre as determinações de exploração e dominação do capital e, mesmo diante de suas condições não favoráveis de atuação, precisa responder às demandas dos usuários que procuram pelos profissionais nos espaços de trabalho. Essas demandas “[...] não são unidirecionais; ao contrário, são atravessadas por interesses antagônicos oriundos do capital e do trabalho, daí serem as atividades profissionais mediadas pela contradição” (GUERRA, 2005, p. 2). Se problematizado tal realidade no contexto amazônico as dificuldades e tensionamentos da profissão se intensificam em função das questões territoriais, geográficas, culturais e vínculos de trabalho, sendo em sua maioria rotativos e temporários.

No Brasil, vale registrar que a luta da categoria profissional por melhores condições e relações de trabalho são contínuas e desafiadoras. As entidades representativas como o Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) têm travado embates tanto no interior quanto fora da profissão. Destarte, ao considerar o movimento dialético da realidade a categoria profissional não é indiferente aos antagonismos que se criam na sociedade capitalista. De acordo com Netto (1996b, p. 115), “no seu interior desenham-se e conflitam projetos profissionais que são mais ou menos compatíveis com projetos sociais determinados e, pois, com determinadas hegemonias políticas”.

Em Parintins, a organização e articulação política dos/as Assistentes Sociais é incipiente e por vezes descontínua. Geralmente ocorre através de um grupo formado de dez a vinte profissionais os quais possuem parceria com o ICSEZ/UFAM. Em 2018, foi criado um Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS) visando o fortalecimento e organização da categoria e, apesar das limitações, o NUCRESS representa um avanço, visto que contribui na demarcação e importância da profissão em Parintins. Contudo, é necessário mais empenho, união, formação,

solidariedade e luta de classe, enfim, diálogo entre os pares, pois, do contrário, isso pode influenciar em um não crescimento e desenvolvimento da profissão e no acesso ao mercado de trabalho. Já exposto, em 2018, eram 66 profissionais atuando na área, soma-se a esse número aqueles que possuem o CRESS ativo, mas não respondem como Assistentes Sociais, além dos bacharéis que se graduam anualmente e os estudantes em formação nas universidades.

Em linhas gerais, o mercado de trabalho dos/as Assistentes Sociais em Parintins não é indiferente de tantos outros municípios brasileiros, sendo as condições de trabalho um dos maiores empecilhos no atendimento aos usuários. No entanto, por ser o único município de grande porte do estado do Amazonas, faz-se necessário refletir sobre a realidade particular dos/as Assistentes Sociais e como a crise capitalista impacta no cotidiano de trabalho, até porque, assim como os problemas se apresentam na dialética universal-singular-particular, a crise do capital também rebate de maneira global-nacional-local.

A realidade dos/as Assistentes Sociais em Parintins: notas sobre os impactos da crise do capital

Nesta seção, objetiva-se debater os impactos da crise do capital na realidade dos/as Assistentes Sociais que atuam nos distintos espaços sócio-ocupacionais em Parintins e, por consequência, nas considerações finais, problematizar as limitações, os desafios e as tendências da profissão. A premissa da discussão parte das crises do capital, sobretudo a partir de 2008, onde os efeitos têm rebatido diretamente na classe trabalhadora da qual os/as Assistentes Sociais fazem parte.

De acordo com Mézáros (2011a; 2011b), trata-se de uma crise estrutural em sua incessante busca por superlucros. Sua repercussão tende à destruição e precarização da força humana e à degradação do ambiente em sua relação com a natureza. Em suma, a crise atinge todas as instâncias da vida social, sendo nos trabalhadores assalariados, ou não, os maiores contrafeitos.

A pesquisa documental realizada em oito TCCs de Serviço Social do ICSEZ/UFAM aponta alguns elementos que, do ponto de vista crítico, são desveladores quanto a presença do capital no mercado de trabalho dos/as Assistentes Sociais em Parintins, sobretudo em tempos de retrocessos dos direitos sociais. A lógica da crise capitalista sob a ideologia do neoliberalismo, da flexibilização e da financeirização do capital (HARVEY, 1998) repercute em maior escala nos municípios das regiões Norte e Nordeste, uma vez que, conforme dados do IPEA (2016), são as regiões com maiores percentuais de pobreza.

Um primeiro ponto a ser analisado diz respeito às condições de trabalho. Dos TCCs analisados, todos são unânimes quanto as precárias condições dos espaços sócio-ocupacionais, sendo alguns com maior ou menor incidência. Na divisão por macroáreas, a Assistência Social é a mais afetada corroborando com a assertiva de Boschetti (2011, p. 561-562) de que “são fartamente denunciadas nos CRESS e nos eventos organizados pelo Conjunto CFESS/CRESS, as condições precárias de trabalho, especialmente na Política de Assistência Social (SUAS), nas organizações não governamentais e no sistema sociojurídico”.

Consensualmente, pode-se destacar dos TCCs o que justifica as precárias condições, a saber: poucos recursos financeiros para o desenvolvimento das intervenções/ações, ambientes de trabalho insalubres, sobrecarga de trabalho, salários baixos se comparados a outras profissões de ensino superior – somente algumas áreas obedecem a Lei das 30 horas; falta de materiais de expediente, salas de atendimento compartilhadas ou quando individuais são de tamanho micro;

salas sem ar-condicionado – considerando que no Amazonas em tempos de verão o calor é intenso e com temperaturas de até 40°C; autonomia profissional relativa – geralmente, somente os concursados possuem condições de rebater certas (im)posições institucionais; alta rotatividade profissional decorrente dos contratos temporários ou cargos comissionados, a formação ou capacitação continuada não atingem todos os/as trabalhadores, assédio moral, desvalorização da profissão dentro e fora da mesma.

Vale lembrar que a intervenção dos/as Assistentes Sociais nas políticas sociais sofre rebatimentos das condições (im)postas pelo capitalismo vigente, portanto, se há crises e o sistema busca estratégias para superá-las, certamente que esse processo irá impactar na classe trabalhadora, fato comprovado nos achados dos TCCs. Por isso, retoma-se ao questionamento anterior: como possibilitar o acesso dos usuários aos bens e às políticas sociais na perspectiva do direito quando os próprios direitos dos/as Assistentes Sociais estão sendo violados? Sobre isso, os estudos de Chagas (2013), Silva (2014) e Viana (2016) são elucidativos ao revelar que, em Parintins, as condições de trabalho provocam um duplo efeito: de um lado, os impactos na saúde e na subjetividade do trabalhador levam-lhe ao adoecimento mental, de outro, a necessidade da luta coletiva como forma de enfrentamento a essa realidade.

Com efeito, tal cenário leva os trabalhadores ao descontentamento com a profissão, alimentando a radicalização e imposição do mercado neoliberal. Pois, como bem observa Yamamoto (2009, p. 2), “a radicalização liberal em tempos de mundialização do capital reafirma o mercado como órgão regulador supremo das relações sociais e a prevalência do indivíduo produtor, impulsionando a competição e o individualismo e desarticulando formas de luta e negociação coletiva”.

Nessa linha de debate, emergem dois outros pontos resultantes da crise: a formação e a rotatividade profissional. Em função do ensino na modalidade EaD estar presente no município, muitos dos/as Assistentes Sociais contratados advêm dessa formação, o equivalente a 40% dos 66 que atuavam em 2018. Esse dado coaduna com o debate acerca do ensino superior nos marcos do capitalismo, afinal o novo padrão de produção impõe novas configurações na relação público/privado (GUERRA, 2010), de maneira que no Brasil a formação acadêmica atual é expressão desse movimento. Ou seja, vale aquilo que alimenta e dá mais lucro ao capital subjugando a dimensão do ensino público.

Para Guerra (2010, p. 724), nos últimos anos têm se presenciado a expansão da formação acadêmica aligeirada para qual “[...] vale o ter (neste caso, o certificado) em detrimento do ser (neste caso, um profissional qualificado) [...]”. Em suma, nesses novos tempos, “prioriza-se a formação que atenda as orientações do Banco Mundial, sendo que democratizar passa a ser sinônimo de uma inserção, ainda que precarizada, em instituições de ensino seja pública ou privada [...]”. Nesse sentido, Boschetti (2011, p. 558) ratifica:

A contrarreforma do ensino superior brasileiro, portanto, nos ajuda a compreender esse fenômeno, que impacta diretamente nas condições contemporâneas da formação de um modo geral e no Serviço Social em particular e, evidentemente, traz consequências para as condições de trabalho.

Corolário a isso se tem a questão da rotatividade nos espaços sócio-ocupacionais que, em Parintins, é escancarada implicando no desenvolvimento da profissão, na condição ontológica do profissional e no atendimento realizado junto aos usuários. Essa prática é comumente visualizada nos municípios onde não há concursos públicos, prevalecendo o apadrinhamento e o nepotismo entre prefeitos, gestores de políticas sociais e os trabalhadores.

Já sinalizado, em Parintins, dos 66 Assistentes Sociais que atuavam em 2018, apenas 11 são concursados em âmbito municipal, estadual e federal e, o último concurso do município ocorreu em 2005. Desse modo, a rotatividade entre as áreas de atuação quanto aqueles que são temporários é alta, além das demissões municipais e estaduais que ocorrem semestralmente, anualmente ou a cada quatro anos.

Nesse ínterim, os relatos a seguir retratam o aludido:

Trabalho na instituição há três anos. A cada vencimento do meu contrato fico desesperada se vão me contratar de novo na instituição, sabemos que isso depende muitas das vezes de questões políticas (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC de Pontes, 2014, p. 54).

Quem vive de contrato está sempre sobre pressão, é complicado porque você não tem estabilidade. Quando você não tem um vínculo mais seguro, isso vai influenciar no seu exercício profissional, não estimula [a fazer um trabalho melhor], as vezes é difícil dar continuidade às ações porque a qualquer momento podem me mandar embora. A minha contrapartida é dar o meu melhor para que os gestores continuem percebendo que eles vão precisar de mim (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC de Viana, 2016, p. 63).

Eu sou contratada pelo Município e estou há um ano e quatro meses trabalhando. Um dos meus maiores desafios no meu local de trabalho é pelo fato de toda semana estar em um posto de saúde. Como eu não paro só em um (posto) não tem como fazer um bom trabalho de continuação. Acontece mais a questão da pontualidade. Porque chega aqui a demanda é diferente de outro posto [...] (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC de Costa, 2016, p. 45).

Bom, após a posse do atual prefeito, em 2016, foi divulgado que a prefeitura estaria recebendo currículos para trabalhar na Secretaria de Assistência Social, aí eu fui até lá e entreguei o meu, e até que me chamaram (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC de Nascimento, 2018).

Os dados em análise equivalem aos profissionais instáveis no mercado de trabalho. Essa situação só pode ser compreendida no contexto da crise do capital que busca novos nichos de acumulação, empregos temporários, rentáveis e terceirizados. Logo, não é interesse do capitalismo a efetividade de servidores nos espaços públicos, em particular no campo do Serviço Social, visto tratar-se de uma profissão que “já no final da década de 80 e início de 90 do século XX, portanto, quando o projeto ético-político profissional [...] havia alcançado significativa solidez acadêmica e teórica” (LOPES, 2016, p. 243), rumou-se, embora não hegemônica, para uma matriz teórica de base marxiana contrária os ditames da ordem burguesa.

Os relatos dos entrevistados possuem uma força empírica e permanecem vivos diante do cenário político, econômico e social pelo qual passa o país. “A cada vencimento do meu contrato fico desesperada se vão me contratar de novo na instituição”, percebe-se o medo de continuar ou não trabalhando, mesmo com o salário irrisório recebido. “Quem vive de contrato está sempre sobre pressão”, ou seja, como desenvolver um bom trabalho quando a tensão é frequente por parte da instituição? Ou ainda, estar em diferentes instituições no mesmo dia as quais necessitam de intervenções diferenciadas. Nesse bojo, cabe a metáfora de que ser Assistente Social, hoje, é “equilibrar-se numa corda bamba cotidianamente”.

A realidade dos trabalhadores sem vínculos permanentes proliferou-se no Brasil a partir dos anos 70 do século XX com a reestruturação produtiva (ANTUNES, 1995; 1999) ou acumulação

flexível para usar os termos de Harvey (1998). Ampliou-se nos anos 90 com a “reforma e contrar-reforma” do Estado (BEHRING, 2008) sob a efervescência da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Em geral, o “Estado Social capitalista” (BOSCHETTI, 2016) imprime, por meio da ofensiva conservadora e neoliberal, projetos de terceirização, instiga a criação de ONGs e o mercado torna-se mais flexibilizado, forjando os trabalhadores, ainda que com a consciência de classe, a colocar-se no “fio da navalha”.

Segundo Iamamoto (2009), o contrato temporário implica na autonomia profissional numa dupla tensão: entre o projeto profissional, que afirma o/a Assistente Social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, com capacidade de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; de outro lado, a condição de trabalhador assalariado onde suas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares.

Consoante a esse debate, sinalizam-se dois outros pontos que agudizam-se e estão imbricados à crise estrutural do capital. O primeiro diz respeito ao conservadorismo¹⁰ presente no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais em Parintins, e o segundo à polêmica discussão acerca da relação teoria e prática. Sobre o primeiro, o TCC de Nascimento (2018) traz duas afirmativas que exemplificam a discussão:

No meu ponto de vista a prática profissional conservadora é aquela que a gente tá acostumada a presenciar, acontece? Acontece! Existe profissional que leva em consideração o que de fato é o papel do assistente social, mas existe assistente social conservador que está lá enraizado naquele tempo de caridade e vitimiza o usuário né, existe! (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC Nascimento, 2018, p. 57).

Então como a gente tem princípios religiosos, a gente acaba se envolvendo mesmo e fazendo caridade né! Não era para ser assim, era para gente tá lutando por direitos mesmo e empoderar as famílias quanto aos seus direitos para que elas soubessem o que fazer e proteger os seus membros, porém a realidade é outra né [...]. O profissional [...] passa por uma situação que ele tem que ajudar aquela família, questão humana, de princípio, de religião, acaba utilizando do próprio recurso para ajudar as famílias, por exemplo [...] (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC Nascimento, 2018, p. 58).

Esses dados são emblemáticos ao sinalizarem situações sobre o conservadorismo que, mesmo no século XXI, permeiam a profissão. A leitura crítica de um dos participantes da pesquisa endossa a existência de profissionais com práticas caritativas e de vitimização do usuário o que desqualifica a função e posicionamento do Serviço Social na cena contemporânea. Por conseguinte, a fala posterior relaciona e impregna a religião à atuação profissional, justificando tal ação pela precariedade financeira da política social com a qual trabalha.

Para Santos (2007, p. 58) “enquanto a demanda que o sustenta existir, o conservadorismo estará presente no Serviço Social – ora mais fortalecido, ora menos, porém sempre atualizando-se para responder adequadamente às requisições que lhes são formuladas”. Desse modo, considerando que a profissão em sua trajetória histórica é contraditória, logo, o conservadorismo acaba por sustentar-se por meio de atuações profissionais que o legitimam e confrontam a perspectiva crítico-dialética a qual busca “aprofundar as fragilidades do projeto conservador

¹⁰ Para uma leitura atual e crítica acerca do conservadorismo, consultar a obra organizada por Oliveira (2016) intitulada “O Serviço Social no Brasil: história de resistência e ruptura com o conservadorismo”.

desenvolvendo a outra legitimidade igualmente constitutiva do tecido profissional, mas isso não elimina a sua oponente”.

Semelhante a isso, é o debate histórico e contemporâneo sobre o jargão “na prática a teoria é outra”. Forti e Guerra (2009), Guerra (2009), Santos (2013) e outras autoras já desenvolveram profundos trabalhos sobre o tema que se tornou corriqueiro e polêmico no interior da profissão. Paulatinamente, reaparece no cotidiano da prática, nos fóruns de estágio e nas rodas de conversas como sendo indiferentes, isto é, ambas não são complementares. Em Parintins os TCCs analisados convergem e divergem sobre o tema, conforme relatos a seguir.

Quem faz a profissão somos nós, nós temos nossos embasamentos teóricos, nossa legitimação, nós temos os profissionais que são partes primordiais no Serviço Social, mais também temos muitos que não colaboram [...] (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC de Ribeiro, 2014, p. 50).

Bem, a prática é difícil sabe, é muita coisa pra fazer que a teoria acaba ficando de lado mesmo, fica mais na prática. A teoria fica muito no campo da universidade quando a gente tem que lê muito para fazer as solicitações deles (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC de Silva, 2014, p. 64).

[...] na realidade você aprende algo na teoria, mas é no dia a dia que você vai ver o que está acontecendo e você muitas vezes não tem respostas para dar aos usuários (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC de Costa, 2016, p. 98).

Essa relação teoria prática é indissociável, não existe a menor possibilidade tentar dar resolutividade a uma situação sem ter conhecimento [...] (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC de Pires, 2018, p. 64).

Muitos profissionais quando saem da academia, eles dizem: que a teoria é diferente da prática, isso não é verdade, teoria e prática são indissociáveis, eu não posso realizar nenhuma ação se eu não tiver o uso da teoria, toda ação do ser humana, ela é incluída de uma teoria, a mais simples ação, porque a teoria é o conhecimento. (Trecho dos participantes de Pesquisa disponível no TCC de Pires, 2018, p. 64).

Entende-se que o debate relacional teoria-prática também está ligado à crise do capital, pois, quando não se entende tal relação como uma unidade intrínseca, de alguma forma, está se reafirmando o conservadorismo, contrariando o Projeto Ético Político, deturpando a formação profissional, enfim, endeusando uma afirmação criada no interior do capitalismo sob a ideologia neoliberal. A crise quando chega aos espaços sócio-ocupacionais, visualizadas nas precárias condições de trabalho, nas demandas/requisições institucionais e profissionais, reacende o jargão de que a “teoria na prática é outra”.

Netto (2009, p. 7), com base na teoria social marxiana, assevera que:

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto.

Nessa direção, Santos (2013, p. 94) reafirma o pensamento marxiano sobre a importância da teoria, seja em termos de pesquisa seja na ação profissional. Trata-se de uma relação indissociável,

uma vez que “na prática, a teoria é a mesma e que a teoria não oferece instrumentos próprios a ela”. Em outra passagem arremata a autora: “teoria e prática estão subsumidas no processo das objetivações humanas, sendo a teoria o que possibilita explicar, interpretar, examinar o objeto” (SANTOS, 2013, p. 93).

Diante do exposto, considera-se que a realidade dos/as Assistentes Sociais em Parintins possui questões particulares e universais, se comparado a produção de conhecimento no Brasil que versa sobre o tema em tela. Não obstante, vale dizer que a profissão de Serviço Social prediz um trabalho realizado por homens, no sentido genérico do termo e, como tal, necessita de instrumentos, técnicas, condições materiais, financeiras e humanas para realizá-lo, isto é, necessita dos meios de trabalhos que, como diz Marx (2017, 256) “é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto de trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto”.

O objeto de trabalho dos/as Assistentes Sociais é, conforme Iamamoto e Carvalho (2008), a questão social em suas diversas expressões, contudo, parte dos meios de trabalho para as intervenções são oriundas dos empregadores e, se estes não viabilizam condições para o trabalho profissional, logo, os/as Assistentes Sociais são em última instância os responsáveis por esse processo, bem como formam uma categoria diretamente afetada pela crise do capital. Daí as limitações, os desafios e as tendências da profissão que se renovam ou criam-se na medida em que evolui a sociedade e transforma-se o mundo do trabalho.

Considerações finais

O texto objetivou problematizar alguns impactos da crise capitalista contemporânea na profissão de Serviço Social no município de Parintins, estado do Amazonas, e as implicações desse processo no cotidiano do trabalho profissional. As discussões provenientes da literatura especializada e dos TCCs analisados desvelam que a crise atual reverbera em cheio na classe trabalhadora, necessitando de estratégias, resistência e luta coletiva.

O movimento do capital mundializado e a acumulação flexível (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 1998) em resposta à crise do padrão de produção das últimas décadas do século XX e XXI, têm sido acompanhado pela intensificação da precarização do trabalho e pelo desemprego estrutural que, a partir dos anos 90, tornou-se a expressão central da questão social. Soma-se a isso, segundo Antunes (1995; 1999; 2018), as mutações no mundo do trabalho que geram autênticas transformações societárias desafiando os trabalhadores assalariados, ou não, e as políticas sociais as quais passam a ser mediadoras da relação capital/trabalho sob o olhar refinado do Estado.

Desse modo, sendo assalariados, os/as Assistentes Sociais em Parintins têm seus espaços sócio-ocupacionais impactados pela crise capitalista, passando a exercer suas atribuições e competências profissionais num contexto de precárias condições, em especial os profissionais sem vínculos permanentes que se submetem a rotatividade, a jornadas de trabalho para além das 30 horas semanais, a ambientes desfavoráveis quanto a estrutura física e com poucos recursos materiais. Ou seja, convivem com a regressão e desmonte dos seus direitos, impactando em sua saúde mental, em sua subjetividade e nas relações de trabalho.

Apesar disso, os TCCs analisados apontam que boa parte das instituições empregadoras exige dos profissionais resolutividade em curto prazo para as demandas/requisições institucionais, profissionais e dos usuários. Assim, ao responder de forma imediata e com poucas reflexões teleológicas, muitos Assistentes Sociais acabam por direcionar suas ações sem análises

crítico-dialéticas aprofundadas, contrariando, em certa medida, o Projeto Ético Político e o compromisso com a classe trabalhadora.

Ademais, as discussões proferidas revelam-se como limitações ao exercício profissional, pois, na busca incessante por superlucros o capital financeiro explora ao máximo a mão de obra do trabalhador e fragmenta os direitos sociais resultando em barbárie no contexto da luta de classes. O desafio (im)posto ao Serviço Social é a apreensão dos determinantes que originam o trabalho alienado e o que isso implica ao exercício profissional, conseqüentemente, a ultrapassagem dessa apreensão para os usuários os quais requisitam cotidianamente atendimentos nos espaços sócio-ocupacionais.

Por fim, como já pontuara Netto (1996) sobre as tendências do Serviço Social dos anos 90 em diante, sinalizam-se, como base nos TCCs investigados, as tendências da profissão em Parintins no sentido de posicionamento contrário ao sistema vigente. É preciso registrar a importância da profissão em Parintins, o seu crescimento no mercado de trabalho e, mesmo como todas as limitações, os/as profissionais têm feito história frente aos ditames do capital e por estarem num território, vez ou outra, julgado por sua posição geográfica e cultural, mas, ao mesmo tempo, cobiçado por sua riqueza de recursos naturais e artísticos.

Não obstante, urge um maior reconhecimento da categoria como parte da classe trabalhadora, o rompimento com o conservadorismo, o aprofundamento acerca do significado do Projeto Ético Político nos processos de intervenção e qualificação, maiores aproximações com a teoria social crítica, bem como ter uma instrumentalidade que contribua com as possibilidades de uma emancipação política de si e dos usuários. Mas, acima de tudo, resistir em tempos sombrios, lutar pelo e para o coletivo, pois, do contrário, continuaremos a aceitar as imposições do capitalismo, vendo “*tudo enquadrado pela janela do quarto*”. E como nos ensina Marx e Engels (2007), ainda que sob condições historicamente determinadas, que independem de suas vontades, são os homens que constroem a história.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Traduções de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E. *et al.* (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-179.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: Fundamentos e História. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, I. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/10.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2013.

CHAGAS, Y. A. **O assistente social: um estudo sobre as condições de trabalho nas áreas da saúde e assistência social em Parintins/AM**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2013.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, A. M. C. **A atuação do serviço social na área da saúde nas várzeas de Parintins/AM**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2016.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra? In: _____ (Org.) **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Júris Editora, 2009.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/08.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

GUERRA, Y. **O serviço social frente a crise contemporânea: demandas e perspectivas**. 2005. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000582.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. (Org.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009.

GUERRA, Y. *et al.* Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. In: XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2016. Ribeirão Preto - SP. **Anais online** [...]. Ribeirão Preto: ABEPSS, 2016. p. 1-14. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

GUIMARÃES, R. B. **A Precarização do Trabalho do Assistente Social: estudo nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins/AM**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

HARVEY, D. **A Condição pósmoderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ ABEPSS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competência Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>. Acesso em: 12 mar. 2013.

LOPES, J. B. 50 anos do movimento de reconceitualização do serviço social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5054>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

NASCIMENTO, J. da S. **Entre o conservadorismo e a perspectiva crítica**: as vertentes teóricas das assistentes sociais no município de Parintins-AM. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2018.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996a.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996b.

NOGUEIRA, Wilson. **Festas Amazônicas**: boi-bumbá, ciranda e sairé. Manaus: Valer, 2006.

PIRES, M. J. de S. **Condições de trabalho e desafios da prática profissional de assistentes sociais da coordenadoria regional de educação de Parintins CREP/SEDUC**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2018.

PONTES, T. de S. **Limites e Possibilidades da Prática Profissional do Assistente Social no Centro de Referência da Assistência Social- CRAS/Paulo Corrêa no Município de Parintins**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2014.

RIBEIRO, D. P. **Desafios da efetivação do projeto ético-político no campo sociojurídico**: olhares sobre a atuação profissional em Parintins-AM. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2014.

SALVADOR, E. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, J. S. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, C. M. **Na Prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris editora, 2013.

SILVA, A. L. da. **“A viagem de volta”**: pesquisa e produção de conhecimento no trabalho profissional do assistente social. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2014.

VIANA, B. B. **Entre o prazer e o sofrimento**: um estudo sobre as condições de trabalho do assistente social em Parintins/AM e as implicações sobre a subjetividade do profissional e o direcionamento de suas ações. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2016.